

# JORNAL DO BRASIL

# O preço do futuro

25 JUN 1989

Barbosa Lima Sobrinho

**A**lgumas opiniões valiosas estão reunidas no livro *Engenharia, a dívida e a integração continental*, que Hélio Ramos acaba de publicar, na Editora Forense, como introdução a uma tese defendida na União Pan-americana de Associações de Engenharia, reunida no palácio de convenções de Havana, em Cuba. Principia com a frase de Tancredo Neves: "O Brasil não poderá pagar sua dívida com o sacrifício e a miséria de seu povo." Vem, em seguida, a opinião do presidente da Venezuela: "Não cometemos a insensatez de dizer que não pagaremos a dívida, mas diremos aos bancos que não podemos pagá-la nessas condições." E, talvez ainda mais expressiva a frase do presidente do México, em 1988: "A situação da dívida é inaceitável e insustentável. Evitarei o confronto. Mas declaro enfaticamente que, acima dos interesses dos credores está o interesse dos mexicanos. A prioridade não será mais a de pagar e sim a de voltar a crescer." Ao que o eminente John Kenneth Galbraith acrescentava: "Para os países endividados, como o Brasil, o preço do futuro é a eterna moratória."

Depois desses pareceres, a tese essencial de Hélio Ramos, defendida com a sua costumeira segurança, consiste em sustentar que a dívida externa se apresenta como limitação ao desenvolvimento econômico do Brasil, como de toda a América Latina, pois que todos estão na mesma condição, a de enfrentarem uma dívida que não tem condições de pagar, senão a um preço que valerá como o sacrifício do seu futuro. Em essência, a frase de Galbraith: o preço do futuro é a eterna moratória. Pagar, pois, envolve o sacrifício do futuro, como uma renúncia ou um suicídio. Não se trata só de seu desenvolvimento econômico, mas de sua associação com um programa educativo que abra avenidas à expansão tecnológica. O que a Coreia do Norte está fazendo agora, como o Japão já deu exemplos, a partir dos últimos decênios do século passado.

Como prova dessa verdade, Hélio Ramos recorda que os Estados Unidos possuem 600 engenheiros por um milhão de habitantes, enquanto o Brasil não vai além de 200 engenheiros por milhão. E isso mesmo de alguns anos para os dias de hoje. A distância já foi maior e por isso mesmo explica o nosso desenvolvimento para alcançarmos a posição de oitava economia do mundo moderno. Não só de engenheiros, como de agrônomos e de numerosas especialidades, que estão na base do progresso atual. A tecnologia é a vanguarda de realizações deslumbrantes como, por exemplo, a viagem à Lua e a presença dos computadores. Muito embora estejamos diante de outras manifestações, com que se retuz o campo de expansão dos subdesenvolvidos, com o protecionismo das grandes potências, que não admitem competidores e se valem de retaliações numa guerra comercial, que está mudando o campo das batalhas, na luta corpo a corpo das nações. Ao lado dos obstáculos que vão surgindo, com uma eficácia crescente, há que aludir aos problemas do financiamento do desenvolvimento econômico, com o desvio dos capitais para as nações industriais, que os absorvem na sua quase totalidade, restando apenas uma pequena margem para os países subdesenvolvidos. Nada mais de 5 bilhões de dólares, para doze países, tomando por ponto de partida os dados oferecidos pelo presidente da Xerox, o sr. Henrique Sérgio Gregori, numa entrevista recente, publicada na revista Veja. Sendo de considerar que, por exemplo, no Brasil, ao longo dos últimos 20 anos, não tivemos senão governos entusiastas do capital estrangeiro. E, se fizermos uma conta exata desse longo período, vamos verificar que os capitais que entraram não chegaram a cobrir os capitais que saíram. Na verdade, não passamos de um exportador de capitais, quando tanto precisamos deles para o financiamento de nosso desenvolvimento econômico. E 5 bilhões de dólares, para distribuir equitativamente entre doze nações, não dariam mais de 416 milhões para cada um, quando a quantia total de 5 bilhões de dólares não chega à metade dos 12 bilhões de dólares, com que pagamos os juros de nossa dívida externa. Sem falar na remessa de lucros e da evasão clandestina de dólares, que há quem os avalie em cerca de 30 bilhões de dólares. E ainda há quem diga que somos um país sem capitais, sem se deterem na verdade incontestável de que não passamos de um exportador de capitais.

Cabe, apenas, perguntar qual a razão que desvia para outros países a quase totalidade dos capitais internacionais, num Brasil que já fez até uma revolução, para a revogação de uma lei de remessa de lucros que procurava limitar as remessas para o exterior. Limitar tão-somente, e não proibi-las. E quando passamos 20 anos a reclamar pela vinda de capitais estrangeiros. Por que não vieram?

Aqui caberia uma longa pesquisa, para verificar as razões dessa exclusão. Seria por não sermos considerados um país sério? O que seria, aliás, uma injustiça, quando fazemos tantos sacrifícios para pagar dívidas que estão muito acima de nossa capacidade de pagar.

Ou seria que somos uma nação que está sujeita a golpes de Estado, que estabelecem o arbitrio em substituição a normas jurídicas que devem orientar as verdadeiras democracias? Para prova de que a estabilidade das instituições vale muito mais do que o clamor pela vinda de capitais estrangeiros. Não estamos vendo, agora mesmo, que a nossa irmã, a República Argentina, se vê a braços com uma nova ameaça de golpes de Estado?

Nessas subversões de regimes políticos, o que se pode observar é a ausência de segurança, ou a instituição do arbitrio, assustando, naturalmente, capitais estrangeiros que não abrem mão da segurança.

Será isso? Ou haverá outra explicação, para justificar o roteiro caprichoso dos capitais internacionais, que fogem das nações subdesenvolvidas? Que não é a falta de rentabilidade, seria o caso de invocar o testemunho de Getúlio Vargas que, numa de suas mensagens, já nos falava de empresas que obtinham, aqui, lucros de 500% de seu capital.

A razão, pois, deverá ser outra. Qual? É o que perguntamos, como quem deseja se esclarecer. Embora nos pareça certo que os capitais, quaisquer que sejam, não gostam de aventuras e, muito menos, de inflações de mais de um dígito. Por isso preferem democracias estáveis, em que se consideram amplamente garantidos. E o que nos tem valido, para o financiamento de nossa economia, como se tornar a oitava de todo o mundo, são os capitais domésticos, de grandes e pequenas empresas, não obstante um imposto de renda que detesta poupanças, quando seriam elas que nos poderiam valer, para o pagamento do preço do nosso futuro.